



(foto Solan Soares)

■ CPI da Casan

Depoimentos confirmam irregularidades

Carlos Agne

As quatro primeiras testemunhas convocadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Casan, Sérgio Vieira Veiga e Charles Fernando Schroeder, ex e atual chefes da Consultoria Jurídica da Casan, respectivamente, e os ex e atual chefes da Divisão Trabalhista, Almir Reginaldo Westphal e Rubens João Machado, confirmaram a existência de irregularidades que levaram à crise financeira da empresa, resultante das 898 ações trabalhistas e 1211 cíveis.

Os integrantes da CPI, deputados Dionei Walter da Silva (PT) – presidente -, Mauro Mariani (PMDB) – relator -, João Rodrigues (PFL), Antônio Carlos Vieira (PP), Antônio Ceron (PFL) e Pedro Baldissera (PT), dizem que os depoimentos apontam para a existência de irregularidades.

Os primeiros a depor foram Sérgio Veiga e Charles Schroeder, numa reunião que durou cerca de quatro horas, na tarde de segunda-feira (25). “O que me chamou a atenção, e que considero um absurdo, foi o fato do consultor jurídico Charles Schroeder, nos períodos de 18/07/93 a 25/03/1996, de 14/12/98 a 05/01/99 e 30/04/99 a 03/01/2003, fazer parte do Sindicato dos Advogados e ser um dos impetrantes de ações contra a empresa, estando no cargo de chefia em que deveria defender os interesses da Casan. “Como pode ele, como dirigente sindical, estar na função de consultor e julgar uma ação que beneficiaria a si próprio?”, questionou Vieirão.

No dia 27, os advogados Machado e Westphal, responderam aos questionamentos dos parlamentares durante cinco horas. O depoimento de Machado, atual chefe da Divisão, provocou suspeitas junto aos membros da Comissão, a partir do momento em que foi levantado relacionamento profissional com o advogado José Nazário Batistella, que atua em vários processos contra a Casan. “Quando Rubens ia para o Oeste, atendia alguns clientes em ações de acidente de trabalho, cujos clientes eram defendidos pelo Batistella em ações contra a estatal. Por incrível coincidência, esses reclamantes, através dos advogados, eram beneficiados por acordos com a Casan”, conta Mariani.

Os próximos depoimentos estão marcados para o dia 1º de setembro (segunda-feira), quando serão inquiridos os ex-chefes da Auditoria Interna da Casan, Hélio Martins e Sidnei José Junckes.



Comissão Parlamentar de Inquérito ouviu quatro profissionais da Casan nos dias 25 e 27



Deputados Goetten, Ponticelli e o conselheiro do TC/RS, Vargas

Mercosul

A Comissão do Mercosul, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PFL), realizou quinta-feira (28) reunião ordinária, que acontece todos os meses, desta vez com a presença do Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, João Luis Vargas, que falou sobre o relacionamento entre Legislativos e Tribunais de Contas. Além de Vargas, estavam presentes o presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria (RS), Danier Avello, deputados estaduais do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O deputado Joares Ponticelli (PP), primeiro secretário do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul, conduziu a reunião.

Avello é autor da proposta da criação de um departamento para os legisladores municipais, para que fiquem abrigados dentro do bloco parlamentar do Mercosul. Na sexta-feira (29) a Comissão realiza o II Fórum de Integração Regional. (DAB)

MEIO AMBIENTE

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva e os presidentes do Legislativo, deputado Volnei Morastoni (PT) e da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), assinam sexta-feira (29), em Xavantina, acordo de cooperação por intermédio da Escola do Legislativo, visando a capacitação de Câmaras de Vereadores da

Bacia do Rio Ariranha, no Oeste catarinense, em legislação ambiental e políticas de desenvolvimento rural sustentável. O ato integra a programação do Seminário sobre Procedimentos Metodológicos de Gestão Ambiental Rural na Bacia Hidrográfica do Rio Ariranha. O acordo será assinado também pelo governo estadual (através das secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Social). (RA)

Segurança Pública:

Audiências constataam caos no sistema prisional

A importância de uma instituição voltada ao ser humano

O Cerene – *Centro de Recuperação Nova Esperança* é uma instituição filantrópica que realiza um trabalho fundamental para a recuperação de jovens e adultos, que por motivos diversos desviaram-se do real sentido da vida. Esta entidade, não raras vezes, exerce um papel de apoio inestimável às prefeituras, recebendo e tratando pessoas, reincluindo seres humanos ao convívio da sociedade e principalmente às suas famílias. Inúmeros são os casos que acompanhamos, testemunhos verdadeiros e emocionados não são raros, e acima de tudo, o Cerene serve de exemplo quando se fala de instituição filantrópica. Merecidamente, o centro, pela segunda vez, recebe o Prêmio Bem Eficiente, oferecido para apenas 50 associações filantrópicas brasileiras.

Ao concorrer com 430 entidades de todo o país e avaliado pelos seus resultados financeiros, operacionais, organizacionais, transparência e impacto social, o Cerene mostrou que existem caminhos para os que acreditam num país melhor, que oferece oportunidade aos excluídos, que valoriza o

ser humano e o trata com carinho. Esta é a fórmula para se receber um prêmio tão importante. Sabemos que o Cerene não está em busca de prêmios, está em busca da vida, mas não podemos deixar de exaltar quem atende anualmente a 16 mil pessoas na prevenção do abuso do álcool e outras drogas, que até 2002 recuperou 2.600 pessoas da dependência e que, além de tudo, ainda trabalha na reinserção social do indivíduo e na assistência social permanente.

Os exemplos são tantos que justificam o Prêmio Bem Eficiente ao Cerene, única entidade de Santa Catarina a ser agraciada com esta honraria. Louvamos o trabalho realizado por todos os que atuam direta ou indiretamente no Cerene de Blumenau, Palhoça e São Bento do Sul. Que fique aqui o nosso apelo aos empresários, políticos e a todas as pessoas que puderem auxiliá-lo.

Conheça o Cerene através do site: www.cerene.org.br ou visite pessoalmente uma das unidades. Tenha a certeza que vale a pena!

Deputado Mauro Mariani (PMDB)

Uma emenda em favor dos municípios

A recente greve de 48 horas das prefeituras catarinenses acompanhou movimento que se alastra no país diante da queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. É que as prefeituras contam hoje com minguados 14,1% da arrecadação total dos impostos, quando precisariam receber, para fazer frente a todos os compromissos - seus e aqueles que eram dos governos estaduais e federal e que foram transferidos para sua responsabilidade - com algo em torno de 30%. O movimento inédito coincidiu com o início das discussões, no Congresso Nacional, da reforma tributária proposta pelo governo e serviu para marcar que, além de não aceitar dispositivos que impliquem na possibilidade de avançar sobre os contribuintes com mais impostos, como a facilidade de cobrança de contribuições por melhorias, os prefeitos não desejam continuar contando, apenas,

com as frações mínimas dos recursos arrecadados.

A vida do cidadão, afinal, a vida de cada um, acontece no município. É deste que todos nós cobramos boas escolas, bons hospitais, iluminação pública, sistema ágil de acessos e transportes e tantas outras coisas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. E os municípios, nas últimas décadas, só têm recebido em uma quantidade razoável encargos dos governos dos Estados e da União. Tal é verdade esta situação de penúria, que levou o atual Presidente da República a afirmar, outro dia, que os municípios brasileiros estão falidos.

Ciente de que não podemos aceitar este decreto de falência sem nada fazer, o PFL decidiu entrar na luta. Apresentou uma emenda à Reforma Tributária para que os municípios tenham participação nos valores arrecadados na CPMF, Confins e Cide.

Deputado Antônio Ceron (PFL)

Um minuto de silêncio

Atendendo requerimento do vice-presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), os parlamentares fizeram um minuto de silêncio no plenário, na terça-feira (26), para homenagear as 21 vítimas da explosão que destruiu a plataforma do *Veículo Lançador de Satélites (VLS)*, na Base de Al-

cântara, no Maranhão. O acidente aconteceu na sexta-feira (22), durante a simulação de lançamento na base que, além de provocar as mortes, causou graves danos à estrutura do Centro de Lançamento. "Foram 21 brasileiros que morreram no cumprimento de seu dever", justificou o parlamentar. (CA)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

O petróleo catarinense é nosso!*

Não existe apenas um poço de petróleo na latitude de 26 graus, 25 minutos e 19 segundos – longitude de 46 graus, 50 minutos e nove segundos. Mas sim um vasto e sinuoso lençol petrolífero, que se retorce sob as profundezas da costa marítima catarinense. O governo do Estado de Santa Catarina agiu de forma patriótica ao reivindicar a posse do ouro negro. Comparado ao Paraná, é muito maior nossa tradição marítima, naval, pesqueira e portuária. Além do mais, a fixação das bases operacionais – em terra – para apoio de instalações e transportes, constituindo gigantesca infra-estrutura, reforça o "direito de posse".

Se nos basearmos na projeção geográfica, traçando paralelas à linha do Equador nos limites SC/RS (Torres), veremos que quase todo o lençol está dentro da faixa catarinense. Aliás (só como exemplo), o Brasil reivindica parte da Antártida, baseado no direito de projeção geográfica por linhas que passam na Barra de Chuí e no Farol do Cabo Branco. Esse direito de posse – o "uti possidetis ita possideatis" dos portugueses – sempre foi o princípio seguido para ocupação dos territórios a oeste do Tratado de Tordesilhas. Em último caso, os "royalties" do lençol petrolífero poderiam ser divididos entre os Estados irmãos, como aliás ocorre com o petróleo do Mar do Norte, entre a Inglaterra e a Noruega. O que não é possível ser aceito é que a terra das araucárias fique com tudo.

Também a Petrobras, que será encarregada de toda a despesa da infra-estrutura, rede de distribuição e apoio logístico, deveria ser ouvida na questão.

Os índices geográficos do IBGE certamente não irão contrariar imposições macroeconômicas da questão.

É muito provável que novas e surpreendentes descobertas venham a ser feitas na mesma área. E não deveríamos perder a oportunidade de transformar Santa Catarina (tão esquecida no plano nacional) no maior produtor de petróleo do país. Pois o lençol da costa catarinense pode ser igual ou maior que o de Campos, no Estado do Rio!

* **Paulo Ramos Derengoski**
Jornalista – Lages/SC

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Assembléia homenageia 20 anos do Jornal da Manhã

Por proposição do deputado Clésio Salvaro (PSDB), a Assembléia realizou sessão solene em homenagem a passagem dos 20 anos do Jornal da Manhã, de Criciúma. O evento aconteceu na noite de segunda-feira (25), no plenário, com a presença de diretores, funcionários e colaboradores do veículo de comunicação, além de lideranças políticas e empresariais, entre elas o prefeito Décio Góes (PT) e os deputados Ronaldo Benedet (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Valmir Comin (PP) e Julio Garcia (PFL).

Salvaro abriu a sessão lembrando a história do jornal, que é lido por mais de 30 mil pes-

soas. "O dia-a-dia nos impõe o ritmo acelerado e, com isso, mais do que nunca, a informação clara e objetiva se faz necessária nas tomadas de decisões. Ao perceber essa necessidade, um grupo de empreendedores, homens de visão, ofereceram ao povo sul-catarinense um veículo de comunicação voltado para levar a notícia por inteiro e sem meias verdades. Assim nasceu o jornal da Manhã que, há 20 anos, vem contando e fazendo a história", observou.

O deputado lembrou



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Ao centro, Augusto Cancellier, superintendente do Jornal, e os deputados do Sul

que na trajetória do veículo muitas notícias entristeceram a população, como os soterrados na mina de carvão, em Urussanga, com um resultado trágico de 33 mortos. "Mas o destino haveria de nos premiar com notícias boas de reconhecimento nacional. Não só pelo carvão e azulejo, mas também pelo talento de nossos atletas, que deram ao povo catarinense o primeiro título de campeão brasileiro de futebol, além de tantas outras notícias locais, estaduais, nacionais e até internacionais", concluiu. (CA)

Prefeitos recebem prêmio Gestão Fiscal

Através de requerimento feito pelo deputado Djalma Berger (sem partido), os cinco prefeitos contemplados com o prêmio Gestão Fiscal foram homenageados durante sessão solene na quarta-feira (27), no plenário. Dário Berger - prefeito de São José, Volnei



Dário Berger



Volnei Zanela

Adolfo Zanela - Paulo Lopes; Valdir Mallmann - Mondaí; Jaci José Bortolon - Presidente Getúlio, e Angela Amin de Florianópolis, receberam das mãos do parlamentar uma placa comemorativa.

Murillo Capella, vice-prefeito de Florianópolis, representando a prefeita, mostrou-se satisfeito pelo fato de o município ser reconhecido pelos serviços prestados à comunidade. Zanela citou a dificuldade de divulgar os pequenos municípios. O prefeito de Mondaí salientou a dificuldade de cumprir tudo o que a lei

exige, referindo-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Bortolon agradeceu a presença da comitiva de Presidente Getúlio e disse não ter feito "mais que a sua obrigação na administração municipal". "É preciso ter coragem para mudar a história, o nosso objetivo é deixar o município melhor do que ele estava". "Sinto-me honrado e sensibilizado por esta homenagem, é importante para a renovação dos nossos ideais", encerrou Dário Berger. (DAB)

AL sedia encontro de taquígrafos

Aproximadamente 120 taquígrafos, de todas as regiões brasileiras, da Argentina e do Uruguai, participam do evento promovido pela Associação Nacional dos Taquígrafos (Antaq) e pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões da Assembléia. A solenidade de abertura aconteceu no plenário na quinta-feira (28), encerrando no sábado, 30. O encontro tem o apoio do Sindalesc, da Afalesc e da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos Estaduais (Fenal).

Segundo a coordenadora, Siomara Videira, taquígrafa da Assembléia, o IV Encontro da Antaq é uma excelente oportunidade para a categoria discutir

temas como a reforma da Previdência Social, a regulamentação da profissão e a inovação tecnológica. "Vamos discutir até que ponto a tecnologia pode auxiliar o taquígrafo. Novos programas de informática e equipamentos, como o gravador de pé, já que muitos profissionais sofrem com a LER (Lesão por Esforço Repetido), serão mostrados". Acre, Tocantins, Maranhão e Pará são alguns estados que participam do evento. (RV)



Valdir Mallmann



Jaci Bortolon

Reverência a Paulo Wright

A Assembléia, por proposição da presidência, realiza no dia 2 de setembro sessão solene em homenagem ao ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright, que teve seu mandato cassado em 9 de maio de 1964, com base no Ato Institucional nº 5. Natural de Joaçaba, ele era, na época, dirigente da Ação Popular Marxista/Leninista (APML) e desapareceu em 1973. Seu nome foi encontrado numa gaveta do Dops/PR, com a indicação de "falecido".

Paulo Wright nasceu em 1933, começando seus estudos na escola mantida pelo pai, em sua terra natal, aprimorando seus conhecimentos em Sociologia e Política na Universidade

de Arkansas (EUA), onde também integrou a Igreja Presbiteriana. Participou da criação de sindicatos em Joaçaba, quando era filiado ao PTB, sendo secretário regional da Unidade Cristã dos Estudantes do Brasil, secretário da Delegacia Regional da Fronteira Sudoeste, diretor da Imprensa Oficial do Estado e deputado estadual. Na quinta legislatura (1963-1966) foi cassado antes de terminar o mandato por força do AI-5.

Transferiu-se então para São Paulo, depois para o México e retornou clandestinamente ao Brasil. Foi preso pelo II Exército, em São Paulo, na primeira semana de setembro de 1973 e, a partir daí, foi constatado o seu desaparecimento. (CA)

CCJ discute emancipações

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), deliberou dia 26 pela consulta à Procuradoria Jurídica da Casa sobre a legalidade dos processos de emancipação, uma vez que não há regulamentação federal para esta matéria. O questionamento foi encaminhado pelo deputado Paulo Eccel (PT), que lembra da exigência da Constituição Federal

de uma lei complementar regulamentando as emancipações. "Uma lei estadual não pode ser superior à Constituição do país". Para o deputado Julio Garcia (PFL), o esclarecimento jurídico poderá auxiliar o Legislativo numa tomada de posição sobre o assunto.

A CCJ também solicitará parecer da Procuradoria sobre a realização, através do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), de plebiscito consultivo à população de Chapecó sobre a emancipação dos distritos de Marechal

Bormann e Goio-En. Os parlamentares entenderam que todos os trâmites do Projeto de Resolução 36/99 estão esgotados, restando apenas o encaminhamento pelo plebiscito.

Os deputados aprovaram também o credenciamento para que a comissão emancipatória do distrito do Rio Maina, em Criciúma, providencie a documentação necessária que comprove o cumprimento das determinações da Lei Complementar nº 135/95, em seu artigo 7º.

Nova Veneza - O Abaixo Assi-

nado nº 22/95, que solicita a emancipação do distrito de Caravaggio do município de Nova Veneza, no Sul do Estado, está com pedido de vista do deputado Jorginho Mello (PSDB). Segundo o relator, Julio Garcia - que havia encaminhado pelo arquivamento -, o distrito não tem o número mínimo de cinco mil habitantes necessários para a emancipação. Atualmente a população fica em torno de três mil pessoas. (SD)



Legalidade das emancipações dominou debates na CCJ

Surdos pedem apoio

Resultado de requerimento apresentado pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP), representantes do Fórum em Defesa dos Direitos dos Surdos - entidade da Grande Florianópolis formada por surdos, pais, professores e intérpretes -, foram recebidos pelas Comissões de Educação (no dia 20) e de Finanças e Tributação (no dia 27). Educação e saúde são as áreas mais carentes. O universo de deficientes auditivos em Santa Catarina, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 178 mil. Segundo o professor da Escola Técnica Federal, Vilmar da Silva, integrante do Fórum, os problemas com educação alcançam todos os níveis de ensino, que não oferecem qualquer estrutura que possibilite o acesso destas pessoas.

No ensino fundamental existe em São José (Grande Florianópolis) o Centro Interativo, com intérprete em sala de aula para estudantes surdos. Na Grande Florianópolis, apenas a Escola Técnica Federal tem curso de nível médio especí-



Comissões ouviram reivindicações do Fórum em Defesa dos Surdos

fico para surdos, com apenas 20 vagas e através de processo de seleção. No ensino superior praticamente não há opções. Atualmente já existe na Udesc curso de pedagogia especial para surdos. O Fórum reivindica apoio para a implantação do curso de Letras com habilitação em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na área da saúde, de acordo com Vilmar, seria fundamental a implantação de uma central de atendimento específica para os surdos. (RMPP/CA)

Habitação popular em pauta

Com o propósito de discutir alternativas e contribuições para a redução do déficit habitacional em Santa Catarina, buscando propiciar uma melhor qualidade de vida e, consequentemente, ampliar o acesso à cidadania para a população, a Assembléia realizou terça-feira (26) o Seminário Estadual sobre Habitação Popular.

O encontro contou com a presença da diretora presidente da Companhia de Habitação de Santa Catarina (Cohab/SC), Maria Darci Mota Beck, do assessor do Fórum Permanente da Reforma Urbana,

arquiteto Leonardo Pessina. O deputado Mauro Mariani (PMDB) abriu o seminário, representando o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), enfatizando que há muito o que fazer em Santa Catarina na questão da habitação popular e enalteceu a realização do debate que busca encontrar formas e soluções para o problema que atinge milhares de catarinenses. Pessina, arquiteto uruguaio, apresentou aos participantes sua experiência frente aos movimentos de moradia popular, tanto no país vizinho como em vários municípios brasileiros.



Encontro discutiu ações para solucionar déficit habitacional

Nova Casa

O lançamento do Programa Nova Casa - "Moradia e inclusão social sob o mesmo teto", através da Cohab/SC, foi o ponto alto das atividades. Maria Beck apresentou as ações previstas para o período 2003/2006. O foco principal do Programa, segundo ela, é o atendimento de famílias de baixa renda, no campo e na cidade, servidores públicos e idosos com mais de 60 anos.

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Eduardo Levi Mattoso, participou do debate, falando sobre a parceria entre a Caixa, estados e municípios no desenvolvimento urbano e social. Segundo ele, o último balanço econômico-financeiro da Caixa teve saldo positivo de R\$ 860 milhões, um recorde em comparação aos últimos anos, com boas perspectivas para o próximo semestre. De acordo com ele, a CEF é hoje responsável por 91% dos programas de habitação no país.

"Atualmente, temos em caixa R\$ 5 bilhões para financiamentos de casa própria, sendo 77% deles destinados à população que ganha até cinco salários mínimos." Entretanto, ponderou, o fato da Caixa ser o único banco a financiar moradia para a classe média, mostra que as instituições bancárias comerciais não estão investindo no setor. (CA/TK)



Jorge Mattoso

Casan: defensores prestam testemunho

Carlos Agne

Indústria de indenizações

Numa audiência com duração de cerca de cinco horas, a CPI da Casan ouviu os dois advogados que atuam na Divisão Trabalhista da empresa, Almir



Sérgio Veiga

Reginaldo Westphal e Rubens João Machado, buscando chegar até a origem da dívida, anunciada em cerca de R\$ 207 milhões, originária de 898 processos trabalhistas. Esse valor, conforme os depoentes, foi irresponsavelmente majorado pelo perito judicial, já que o valor do passivo trabalhista estipulado pela Justiça era inicialmente de R\$ 7 milhões.

Almir Westphal, chefe da divisão nos períodos de 97 a 99, mostrou-se indignado com as notícias divulgadas pela imprensa, colocando sob suspeita os advogados da Casan, defendeu a categoria acusando as direções

passadas por atos de gestão. "A origem dessa dívida foi o descumprimento da determinação do Juiz da 3ª Vara do Trabalho sobre processo trabalhista de dissídio coletivo. A direção não cumpria e os valores iam sendo reajustados, chegando hoje aos R\$ 7 milhões", observou. Ele ainda concordou que há muitos anos existe uma indústria de indenizações trabalhistas na Casan. "Da maneira que os pontos são assinados pelos trabalhadores, com excesso de horas extras, não anotando o intervalo do almoço e não cumprindo o repouso semanal, não existe maneira dos advogados conseguirem absolver a empresa. E as direções nunca se preocuparam em cumprir a lei trabalhista. Isso é ato de gestão", assinalou. Westphal acusou ainda o ex-diretor administrativo da empresa, Edemar Naschwenger, de ser o responsável pelo acordo em processo trabalhista no valor de R\$ 37 milhões, junto ao Sindicato dos Engenheiros.



Charles Schroeder



Rubens Machado



Almir Westphal

Sindicato isenta profissionais

Em nota de esclarecimento veiculada pela imprensa nesta semana, o Sindicato dos Advogados do Estado de Santa Catarina defendeu os profissionais associados que atuam na Casan pelo envolvimento na crise financeira originária dos processos trabalhistas e acusou os administradores de desmandos em suas funções.

De acordo com a nota, a dívida trabalhista foi gerada pelo não cumprimento das normas mínimas de proteção ao trabalho, especialmente os acordos coletivos com as entidades representativas da categoria profissional. A Casan deveria conceder aos seus empregados, a partir de maio de 1989, reajuste salarial de 83,58%, em razão do dissídio coletivo nº 183/89. Por decisão da diretoria, o reajuste foi de apenas 46,43%, garantindo assim um passivo trabalhista de grande monta. Por uma decisão administrativa, a Casan resolveu efetuar o pagamento das férias aos empregados, apenas por ocasião do retorno ao trabalho, quando a legislação determina que essa quitação deve ocorrer até dois dias antes do início das férias. Por conta disso, a empresa foi condenada ao pagamento dobrado das férias.

O Sindicato repudiou as insinuações de algumas matérias que envolvem diretamente os advogados da Casan na questão, reforçando a tese de que a culpa da crise financeira que passa a empresa está diretamente ligada aos administradores.

O Sindicato repudiou as insinuações de algumas matérias que envolvem diretamente os advogados da Casan na questão, reforçando a tese de que a culpa da crise financeira que passa a empresa está diretamente ligada aos administradores.

Criado Fórum do Plano Estadual de Educação

(foto Jonas Lemos Campos)

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Raimundo Luiz Silva Araújo, esteve segunda-feira (26) no plenário da Assembleia para instalar o Fórum Permanente do Plano Estadual de Educação, em conjunto com o deputado Afrânio Boppré (PT). Também estavam presentes no evento os deputados Celestino Secco (PP) e Simone Schramm (sem partido), além do secretário estadual de Educação, Jacó Anderle.

Segundo Boppré, o Fórum tem como objetivo contribuir com idéias para os Executivos estadual e federal, além de abrir um diálogo com a sociedade catarinense sobre o futuro da educação no estado nos próximos dez anos. Anderle frisou que o Executivo apos-

ta na expansão do Fórum e irá contribuir com o que for necessário. Raimundo Araújo iniciou sua palestra destacando inúmeros pontos do Plano Estadual de Educação, realizado em cima dos dados que o IBGE colheu entre os anos de 2001/2002, mas dando ênfase à Santa Catarina.

"Apesar de o Plano ter sido elaborado em esfera federal, cada estado poderá contribuir e elaborar seu próprio projeto, desde que



Secco, Anderle, Boppré, Araújo e Simone Schramm

siga as diretrizes do plano federal. Para isso iremos dispor dos dados recolhidos nas pesquisas para contribuir com as mudan-

idade para ingresso no ensino fundamental, além de ampliar a jornada diária das crianças, que passará de quatro para sete ho-

ças necessárias", afirmou Araújo.

O Plano Estadual de Educação contém números e previsões bastante ambiciosas para os próximos 20 anos. "No ensino fundamental, por exemplo, queremos baixar de sete para seis anos a

ras por dia", adiantou.

Qualificação - No ensino público, 72% dos educadores são formados e licenciados de maneira correta para exercer a profissão. Conforme Araújo, de 1996 para cá, o governo investiu em cursos para formação de professores, mas pesquisas recentes informam que este trabalho não rendeu os frutos esperados, já que os alunos não melhoraram seu desempenho na escola. Araújo finalizou dizendo que para o Plano Estadual de Educação sair do papel e dar resultado é imprescindível o aumento dos investimentos. "Precisamos de R\$ 5 bilhões, investidos em política de financiamento para o Plano dar certo", disse. (TK)

Projeto Fênix ajuda a abandonar o cigarro

Rose Mary Paz Padilha

Sub-gerente de Epidemiologia e Prevenção do Câncer no Cepon - órgão para o tratamento da doença da Secretaria Estadual da Saúde - a médica Senen Dyba Hauff, 15 anos dedicados à cancerologia, está implantando na Assembléia Legislativa o Projeto Fênix - um programa de tratamento e educação em tabagismo. O convite para integrar a equipe da Divisão de Saúde e Assistência da Casa partiu do presidente do legislativo estadual, deputado Volnei Morastoni (PT), médico pediatra, preocupado com a saúde do grande número de funcionários fumantes do Poder e daqueles que não fumam, mas que ficam expostos à fumaça.

O projeto, implantado há menos de um mês, objetiva motivar os funcionários fumantes a parar de fumar, educar todos os funcionários sobre o tabagismo e diminuir o número de trabalhadores expostos à fumaça em seu ambiente de trabalho. No Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado em 29 de agosto, a médica falou sobre a importância de largar o cigarro.

AL Notícias - Como surgiu o Projeto Fênix?

Senen Dyba Hauff - O trabalho, que começou há quatro anos, foi idealizado para tratar funcionários fumantes de uma cooperativa do setor médico, num total de 200 pessoas, e depois foi estendido para outras empresas. O Projeto Fênix é democrático, participa das palestras e das consultas médicas individuais quem realmente quer parar de fumar. Ele está estruturado para motivar a mudança de comportamento, ajudar a lidar com os sintomas da abstinência da nicotina e evitar as recaídas do tabagismo. Além da desintoxicação, o projeto trabalha com dicas de alimentação e estímulo à atividade física, na busca de prazer em outras fontes.

AL Notícias - Fumar é um vício ou uma doença, a exemplo do alcoolismo?

Senen - O tabagismo é uma doença classificada no código internacional de doenças como CID F-17.2 e pode ser tratada, evitando mortes precoces. Por ano, no Brasil, são 200 mil atestados de óbito por causa do cigarro. A forma de tratamento mais eficaz é a utilização de técnicas cognitivo-comportamentais aliadas a medicamentos para diminuir os sintomas da crise de abstinência. Tem gente que pensa só no prazer e não nos riscos do cigarro. Toda droga tem efeito colateral e estudos mostram que 50% dos fumantes terão doenças tabaco-relacionais causadas pelas 4.720 drogas presentes em cada cigarro consumido, como acetona (para remover esmalte); terebintina (dilui tinta a óleo); formol (conservante de cadáver); amônia (desinfetante para pisos, azulejos e vasos sanitários); nalfalina (para afugentar traças e baratas) e fósforo P4/P6 (usado em veneno para matar ratos). Entre as doenças provoca-



(fotos Solon Soares)

da, com índice de 50% de adesão. A dependência dura de 20 a 30 anos. É "prisão perpétua" para muitos! Mesmo informando sobre as consequências negativas, tratamos os aspectos positivos, a melhoria na qualidade de vida da pessoa que deixa de fumar e a economia de dinheiro. Uma pessoa que fuma um maço de cigarro por dia, a R\$ 2,25, terá economia de R\$ 821,00 ao final de um ano. Em 30 anos serão R\$ 24.637,00.

AL Notícias - E para as pessoas que não fumam, mas que ficam expostas à fumaça, quais as consequências para a saúde?

Senen - O fumante passivo também sofre, porque a fumaça que sai do cigarro aceso é extre-

das pelo tabaco estão o câncer de garganta, boca, laringe, pulmão, esôfago, pâncreas, bexiga e também infarto agudo do miocárdio, derrames, úlceras, impotência e doença de Peyronie - fibrose do pênis, impedindo a penetração durante o ato sexual - e até a cegueira. No Brasil, onde existem 35 milhões de fumantes, o cigarro é a principal causa da cegueira. Além do envelhecimento precoce de homens e mulheres, o cigarro diminui a fertilidade. Nas mulheres, o tabaco antecipa a menopausa em quatro anos, por ser anti-estrogênico. Gestantes fumantes - cerca de 1 milhão no país - têm bebês com baixo peso. Nesse trabalho que começamos a desenvolver aqui na Assembléia Legislativa trabalhamos com o reforço positivo: parar de fumar melhora o fôlego, o desempenho sexual, a beleza, a pele, o cabelo e a saúde.

AL Notícias - O fumante tem sempre uma grande resistência em parar de fumar. Como tratar aquelas pessoas que dizem não se importar com as consequências do cigarro?

Senen - O convencimento é sempre difícil e esse é o maior desafio, porque toda droga dá prazer e, às vezes, o cigarro é o único na vida da pessoa que fuma. O cigarro é a droga mais difícil de ser tratada, com apenas 15% de adesão ao tratamento. Perde para o álcool que tem 30% de adesão e até para a co-

permercado aqui em Florianópolis. Não gosto de ver essa convivência.

AL Notícias - O tabagismo pode ser considerado um problema de saúde pública?

Senen - Com certeza! Para cada real arrecadado com o cigarro é gasto R\$ 1,60 para tratar as doenças que ele causa. É uma conta burra! É preciso acordar não apenas no aspecto médico, mas

no político, no legislativo. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo, perdendo apenas para a China. Santa Catarina, junto com o Rio Grande do Sul, são os maiores produtores do país, com 82% da produção nacional. Estatísticas mostram que o grupo de risco é dos nove aos 20 anos e que seis cigarros já são suficientes para viciar. 90% das pessoas que fumam começam na adolescência e desse percentual, hoje, a maioria é mulher. Por isso a importância da estratégia política, diminuindo o acesso à iniciação na adolescência. Tem também o aspecto ecológico, que para produzir 300 cigarros uma árvore é cortada. Uma chepa de cigarro leva de cinco a dez anos para se decompor na natureza, o que é anti-ecológico. É preciso falar ainda dos incêndios provocados por chepas mal apagadas. 25% dos incêndios urbanos são provocados pelo cigarro.

AL Notícias - E quais são as estratégias políticas e legislativas que podem ser aplicadas?

Senen - Uma das medidas políticas para diminuir o consumo é aumentar os impostos sobre o fumo e o cigarro. No Brasil o cigarro é um dos mais baratos do mundo e é preciso aumentar o preço de venda. Somente em Santa Catarina são 50 mil famílias, cerca de 250 mil pessoas envolvidas no plantio do fumo e que ficam expostas diariamente a cinco tipos de pesticidas. Como não é um produto para comer, quem planta fumo usa os pesticidas sem controle da dose e faz a colheita de forma manual. Me emociono ao lembrar de uma criança que atendi há pouco tempo, de dois anos de idade, com diagnóstico de leucemia. Ela era filha de fumicultores, que ia junto com a mãe para a lavoura por-

que não tinha com quem ficar. Ela desenvolveu o câncer porque ficava exposta, tinha contato direto com os pesticidas usados nas plantações de fumo. Isso é muito triste!

AL Notícias - Qual sua expectativa para o Projeto Fênix, na Assembléia Legislativa?

Senen - É muito grande, estamos confiantes de que

obteremos um grande número de adesões entre os funcionários e parlamentares do Poder Legislativo. É uma idéia que deveria ser adotada por outros setores públicos e outras empresas. Como mensagem para aqueles que ainda não estão certos de fazer parte do programa, deixo um provérbio taoísta: "Um homem com coragem exterior se atreve a morrer. Um homem com coragem interior, a viver".



Para cada real arrecadado com o cigarro é gasto R\$ 1,60 para tratar as doenças que ele causa. É uma conta burra!

obteremos um grande número de adesões entre os funcionários e parlamentares do Poder Legislativo. É uma idéia que deveria ser adotada por outros setores públicos e outras empresas. Como mensagem para aqueles que ainda não estão certos de fazer parte do programa, deixo um provérbio taoísta: "Um homem com coragem exterior se atreve a morrer. Um homem com coragem interior, a viver".

AL Notícias - O tabagismo pode ser considerado um problema de saúde pública?

Senen - Com certeza! Para cada real arrecadado com o cigarro é gasto R\$ 1,60 para tratar as doenças que ele causa. É uma conta burra! É preciso acordar não apenas no aspecto médico, mas

Audiência em Itajaí debate violência sexual

Em nome de todos os segmentos que atuam no combate à violência sexual em Itajaí, a presidente da Câmara de Vereadores, Maria Jussara Pamplona, solicitou à Assembléia Legislativa, através da deputada Odete de Jesus (PL), que comandou audiência pública na cidade no dia 25 (segunda-feira), que interceda junto ao governo federal para liberação de recursos. "Programas como o Sentinela, que integra a rede que formamos há dois anos e meio para combater a violência sexual e as DST/AIDs, não podem ser paralisados por

falta de recursos", resumiu a vereadora.

O projeto Sentinela e o Pocaps – ambos dedicados à mesma causa – estão sem receber recursos há quatro meses. "Os dois integram a rede que formamos para atuar de forma integrada e mais efetiva há dois anos e meio, cada um fazendo um trabalho específico, e que tem trazido bons resultados. Há quatro meses os profissionais continuam trabalhando, mesmo sem receber", lamentou o promotor de Justiça, Rogê Macedo. (MMV)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputada Odete, Rogê Macedo e a titular da Delegacia da Mulher de Itajaí

Goetten pede investigação sobre superfaturamento no governo

O deputado Nelson Goetten (PFL) entrou com um pedido de investigação no Ministério Público Estadual contra o governador Luiz Henrique da Silveira e Max Bornholdt, secretário estadual da Fazenda e representante legal da empresa Nativos Produções Musicais. O motivo foi a contratação, de forma superfaturada, conforme acusa o parlamentar, em valores de R\$ 17 mil a R\$ 20.500, através de entidade sociais - sem fins lucrativos -, da banda Nativos para realizar shows musicais nos municípios de Santa Catarina. A banda conta

com um patrocínio da Petrobras para realizar programas culturais. O fato é que não houve nenhuma licitação para a contratação do grupo que, em três meses, aumentou em R\$ 9 mil o valor do seu cachê.

De acordo com Goetten, a entidade não lucra nada, apenas o recolhimento de alimentos não-percíveis como ingresso. O empresário, sob a orientação dos demais representados, apresenta todos os documentos e o dirigente da entidade que recebe a verba apenas assina e devolve. Os documentos são encaminhados para a Secretaria da Fazenda, que procede o pagamento à entidade que imedi-

atamente os repassa para a banda.

Resposta - O deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo, defendeu o governador dizendo ser "óbvio" que ele não contratou a banda. O que aconteceu foi que o governo liberou a verba para uma entidade e ela contratou uma banda. A Associação Catarinense de Amparo à Família, situada em Mirim Doce, no Alto Vale do Itajaí, que tem como conselheira Maria Salette Goetten de Lima, recebeu entre setembro de 2001 e dezembro de 2002, inclusive em período eleitoral, algo em torno de R\$ 670 mil. Tirem suas próprias conclusões", encerrou. (DAB)

Revigorar provoca polêmica

A Medida Provisória nº 00111/2003, de origem governamental, que instituiu o Programa Catarinense de Revigoração Econômica (Revigorar), provocou acalorados discursos no plenário na tarde do dia 27, repetindo a polêmica criada pela manhã, quando a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o parecer do relator Manoel Mota (PMDB), com restrições dos deputados Nelson Goetten (PFL) e Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP). Ambos manifestaram-se contrários à admissibilidade da MP e solicitaram o

seu retorno à Comissão de Constituição e Justiça, defendendo a tese da inconstitucionalidade.

Na defesa da proposta do governo, o relator argumentou que o governo tem pressa em acertar o passo com as empresas devedoras, já que a dívida delas com o ICMS chega a R\$ 4 bilhões. "Com a MP, pretendemos arrecadar R\$ 2 bilhões em um ano, pois muitas empresas já estão procurando o governo para negociar seus débitos", justificou. O Revigorar permite que os contribuintes devedores de créditos tributários relativos ao ICMS poderão parcelar suas dívidas em até cinco vezes, sem qualquer acréscimo e com redução de multa e juros incorridos, proporcionalmente ao núme-

ro de parcelas.

"É imoral essa medida provisória. Nós parlamentares, se aprovarmos, estaremos indo contra a legalidade e estamos dando a chance para que os sonegadores e os maus pagadores se dêem bem e continuem com seus crimes enquanto prejudicam àqueles que pagam seus tributos em dia. Na verdade, além de premiar os sonegadores, os seus crimes estarão sendo perdoados pelo governo", disparou Goetten, endossado por Vieirão. Cinco emendas foram apresentadas ao relator, que rejeitou todas e optou pela manutenção do documento de origem.

A MP passará pela votação no plenário na próxima terça-feira (2). Caso não seja aprovada, pára de vigorar. (TK e CA)

Agenda

Dia 1º, 15 h – CPI da Casan – Depoimentos dos ex-chefes da Auditoria Interna da empresa, Sidnei Junckes e Hélio Martins

Local: Sala das Comissões

Dia 2, 19 h – Sessão solene em homenagem ao ex-deputado Paulo Stuart Wright

Local: Plenário

Dia 3, 8 h – Encontro objetivando expor as idéias e obras do professor Antônio Sérgio Arouca

Local: Plenário

Dia 3, 9 h - Audiência pública da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia – Discussão do Anteprojeto de Lei 07/03, que dispõe sobre Programa Catarinense de Indução para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação

Local: Plenarinho

Dia 3, 18 h – CPI da Casan – Depoimentos de testemunhas

Local: Sala das Comissões

Dia 3, 19 h – Retratos de Santa Catarina – Chapecó

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 3, 19 h – Audiência pública da Comissão de Segurança Pública – "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"

Local: Câmara de Vereadores de Itajaí

Dia 4, 15 h – Audiência pública da Comissão de Agricultura – "Conjuntura da questão indígena"

Local: Sociedade Esportiva Recreativa – Cunha Porã

Dia 4, 19 h – Audiência pública da Comissão de Segurança Pública – "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"

Local: Fundação Catarinense de Educação Especial – São José

Dia 4, 20 h – Projeto Santa Catarina Canta e Encanta

Local: Plenário

Meio-ambiente

Na sessão ordinária de terça-feira (26) o deputado Pedro Baldissera (PT) falou a respeito da iniciativa da região Oeste na recuperação do meio ambiente. O programa está sendo implantado nos municípios de Seara, Ipumirim, Paiol, Xavantina e Arvoredo, grandes produtores de suínos e de fumo. Por consequência do grande uso de agrotóxicos e a deficiência do armazenamento dos dejetos dos suínos, as águas do rio Ariranha estão muito contaminadas. Entidades governamentais e não-governamentais se sensibilizaram com a questão e, juntamente com a comunidade, estão criando proposta para melhorar a questão e para que haja uma melhora na qualidade de vida. Wilson Vieira -Dentinho (PT) dis-



Deputado Pedro Baldissera

se que a Escola do Legislativo está assinando hoje (29) um convênio com o Ministério do Meio Ambiente na região para que aconteçam as melhorias desejadas. (DAB)

Segurança Pública: sistema prisional é caótico

Denise Arruda Bortolon

Lages e Rio do Sul receberam a Comissão de Segurança Pública nos dias 20 e 21, para a 13ª e 14ª audiências públicas regionais para realização de diagnóstico de problemas e soluções para o setor.

Em Lages, o debate aconteceu na Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil), com as presenças dos deputados João Rodrigues (PFL), presidente da Comissão, Dionei Walter da Silva (PT), Lício Mauro da Silveira (PP) - membros da Comissão -, Sérgio Godinho (PTB) e Nilson Nelson Machado-Duduco (PP). Os pontos mais críticos da segurança pública apontados na audiência foram, além da necessidade de aumento dos efetivos das polícias e de campanhas de prevenção às drogas, a superlotação no presídio de Lages. Segundo José Rogério de

Castro Filho, delegado regional, o município não tem grandes problemas de violência urbana, como disputa por tráfico de drogas ou roubos direcionados. "O grande problema de criminalidade baseia-se, principalmente, na questão social, por conta do aumento do consumo de drogas ilícitas, grande número de alcoólatras, pequenos furtos cometidos por jovens usuários de drogas e pobres, a violência doméstica e acidentes de trânsito", afirmou.

Com suporte para 80 detentos, hoje o presídio tem 183 presos. Na ala feminina estão os problemas mais graves, onde 21 detentas ocupam um espaço construído para abrigar apenas 12. "Além disso fica muito próximo da ala masculina, fazendo com que algumas presas engravidem dentro do presídio", explicou Edson Alves Pereira, há 20 anos na administração do presídio. Como não há muito espaço para os detentos, eles saem das celas às seis horas da manhã e voltam às oito horas da noite.

A contratação e o treinamento de mais funcionários é uma das

principais necessidades. "Hoje temos duas funcionárias para revistar mais de 600 pessoas, precisamos de mais colaboração da Polícia Militar, médicos, dentistas, psicólogos, entre outros profissionais", relacionou Pereira.

A limpeza e a comida são feitas pelas próprias presas, que reduzem as penas através destes serviços. As demais fabricam grampos de roupa e, assim, passam o tempo. Lílian Torres Cruz, 31 anos, mãe de três filhos, presa há seis meses por tráfico de drogas, reclamou que não há outros trabalhos para fazer. "Precisamos de mais atividades para ocupar o tempo e para receber mais dinheiro. A cada três mil grampos feitos, nós recebemos R\$ 3".

Em Rio do Sul, a audiência foi presidida pelo vice-presidente da Comissão, deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT), e contou com a presença dos parlamentares Dionei Walter da Silva (PT), Lício Mauro da Silveira (PP) e Nilson Nelson Machado-Duduco (PP), da delegada regional Carla Fernanda Bastos Miguel, da juíza da Vara Criminal Cintia Beatriz da Silva Bittencourt, do secretário municipal da Defesa Civil, Márcio Lucas, do secretário de Desenvolvimento Regional, Ernani Dutra, e do procurador Weinfrid Giece. O reduzido efetivo e a falta de qualificação pessoal lideraram as críticas, junto com a falta de recursos materiais,



Em Rio do Sul, superlotação de presídio também está entre os principais problemas

como carros, armamento e a construção de um novo presídio. O atual fica localizado no centro da cidade e está em péssimas condições.

A exemplo de Lages, o presídio de Rio do Sul está superlotado. Com capacidade para 42 presos, hoje está com 95. Só no ano passado houve 20 fugas. Através da ajuda de empresários locais está sendo construída a ala feminina, solucionando o problema do pequeno espaço. Das 12 detentas, apenas uma foi presa por homicídio, as demais por tráfico de drogas, inclusive existe um caso de mãe e filha que foram presas por esse delito.

Vinte por cento dos presos trabalham fora das celas com a fabricação de cintos, chaveiros

e bolsas de couro e os demais, dentro delas, com artesanato. Cada um arrecada de R\$ 25 a R\$ 60 por mês e 25% do que é arrecadado fica no presídio como fundo penitenciário e é utilizado para pequenas reservas.

Segundo Fernando Ronsani Gatner, supervisor de segurança do presídio regional, o mais urgente são os reparos na rede elétrica e hidráulica, a colocação de grade no pátio interno, instalação de luz de emergência, colocação de extintores, hidrantes e mangueiras, reforma no telhado da parte de trás do prédio e exames criminológicos e toxicológicos, que atualmente são feitos em Florianópolis e demoram de três a quatro meses para ficarem prontos.



Deputados em visita ao presídio Regional de Lages

Apenados são prejudicados por falta de defensoria dativa

Scheila Dziedzic

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado João Rodrigues (PFL), esteve reunido na manhã do dia 26 com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Adriano Zanotto, relatando as informações obtidas durante as audiências públicas e visitas aos presídios e penitenciárias realizadas em todo o Estado.

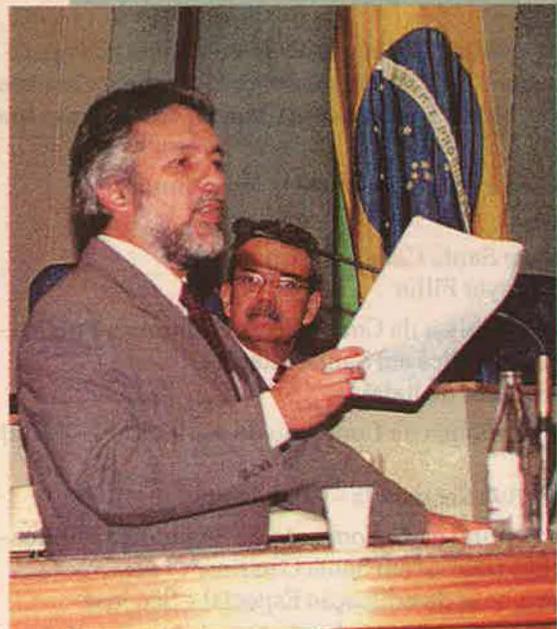
Segundo Rodrigues, foram vários os casos de presos com penas já vencidas e que continuam encarcerados por falta de continuidade nos processos criminais. Zanotto esclareceu que existe uma dívida do Estado com a Defensoria Dativa, no valor de R\$ 17 milhões. Essa situação de débito, de acordo com

o advogado, se agravou a partir de 1995. Atualmente, são repassados por mês cerca de R\$ 500 mil das despesas correntes, sem saldar a dívida. Isso acabou gerando situações como a greve dos advogados que fazem defesa pública em Joaçaba e o atendimento de um grupo de apenas 11 advogados em Chapecó. Antevendo a discussão do Plano Plurianual 2004-2007, que deverá ser enviado à Assembléia Legislativa até o dia 30 de agosto, os deputados-membros da Comissão de Segurança Pública decidiram que se não constarem valores suficientes para regularizar a situação, será encaminhada moção para que sejam incluídos recursos no Orçamento do Estado.

Polêmica

Em audiência pública na tarde do dia 27, o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, atendendo convocação solicitada pela bancada do PP, reiterou declarações suas publicadas pela Imprensa de que o Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, foi alvo de superfaturamento. "O Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou que houve superfaturamento", disse Blasi, sem no entanto especificar o período.

O líder da bancada do PP, deputado Joares Ponticelli, concordou com Blasi, mas especificou o período em que foi registrado o superfaturamento. "Conforme o parecer do TCU, houve sim superfaturamento, no período de 1995 a 1998", enfatizou Ponticelli. O Complexo começou a ser construído em 1993 e em 30 de dezembro de 2002 foi parcialmente inaugurado.



João Henrique Blasi